



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

São Paulo

30ª Câmara de Direito Privado

Registro: 2017.0000058112

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 1002484-24.2015.8.26.0073, da Comarca de Avaré, em que são apelados DÉBORA GARCIA FERNANDES DE ALMEIDA (JUSTIÇA GRATUITA), EDVALDO RIBEIRO DE ALMEIDA (JUSTIÇA GRATUITA), ANDRE GARCIA FERNANDES DE ALMEIDA (MENOR(ES) REPRESENTADO(S)) e ARTHUR GARCIA FERNANDES DE ALMEIDA (MENOR(ES) REPRESENTADO(S)), é apelante THIAGO MARQUES DE BARROS.

ACORDAM, em 30ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores ANDRADE NETO (Presidente) e MARIA LÚCIA PIZZOTTI.

São Paulo, 8 de fevereiro de 2017.

Marcos Ramos

RELATOR

Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

São Paulo

30ª Câmara de Direito Privado

30.420

Apelação nº 1002484-24.2015.8.26.0073 - digital
Comarca: Avaré
Juízo de Origem: 2ª Vara Cível
Apelante: Thiago Marques de Barros
Apelados: Débora Garcia Fernandes de Almeida e outros
Classificação: Acidente de trânsito - Indenização

EMENTA: Veículo automotor - Acidente de trânsito - Ação de indenização por danos materiais, morais e lucros cessantes – Sentença de parcial procedência – Recurso do réu - Manutenção do julgado – Necessidade – Comprovação de que conduzia veículo embriagado e invadiu a contramão de direção, vindo a atingir o automóvel ocupado pelos autores, que vieram a sofrer lesões corporais – Suficiente demonstração em torno de sua responsabilidade - Inteligência do art. 186, do CC/02 – Dever de indenizar presente – Danos morais fixados de maneira justa e módica.

Apelo do réu desprovido.

VOTO DO RELATOR

Trata-se de recurso de apelação interposto em ação de indenização por danos materiais, morais e lucros cessantes, decorrentes de acidente de trânsito envolvendo veículos automotores, proposta por Débora Garcia Fernandes de Almeida, Edvaldo Ribeiro de Almeida, André Garcia Fernandes de Almeida e Arthur Garcia Fernandes de Almeida, em face de Thiago Marques de Barros, onde proferida sentença que julgou parcialmente procedente a pretensão deduzida para condenar o réu no pagamento de indenização por danos materiais no importe de R\$ 7.809,00, corrigido monetariamente desde o ajuizamento e



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

São Paulo

30ª Câmara de Direito Privado

acrescido de juros moratórios legais contados do evento danoso, bem como de R\$ 10.809,00 a título de dano moral, com correção monetária e juros moratórios legais incidentes a partir do arbitramento, além das custas, despesas processuais e honorários advocatícios arbitrados em 10% do valor da condenação, observados os benefícios da justiça gratuita – fls. 80/86.

Aduz o réu que o julgado carece de reforma sob alegação, em apertada síntese, de que ausentes os requisitos essenciais a autorizarem a procedência, ainda que parcial, da ação. Acresce que houve culpa concorrente dos autores, haja vista que os passageiros do banco traseiro não utilizavam cintos de segurança e que o DENATRAN ainda recomenda o uso de assento de elevação para crianças de até 10 anos de idade. Sustenta também que não há dano moral a ser reparado, ante a ocorrência de mero dissabor, sendo que respectiva indenização merece ao menos ser reduzida, ainda mais porque teve a perda total de seu veículo e contraiu dívidas para pagar a fiança de R\$ 5.000,00, que fora estipulada quando preso em flagrante delito. Por fim, pugna pelo abatimento do montante condenatório do valor da fiança ou, ao menos, a incidência da correção monetária da indenização por danos morais a contar do arbitramento, e reconhecimento da sucumbência recíproca e igualitária entre as partes – fls. 88/98.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

São Paulo

30ª Câmara de Direito Privado

Contrarrazões às fls. 106/109, vindo os autos conclusos a este relator.

A douta Procuradoria-Geral de Justiça, em parecer da lavra do Dr. **Oriel da Rocha Queiroz**, é pelo desprovimento do recurso.

É o relatório.

Apelo interposto sob a égide do Código de Processo Civil de 1973, que não comporta acolhimento.

Demanda ajuizada ao argumento de que em 27.09.2014, por volta das 20h15 min, o réu, embriagado, conduzia o veículo automotor descrito na inicial pela Rodovia SPA 003/245, em Avaré/SP, que veio a invadir a mão de direção contrária e colidir com o automóvel em que se encontravam os autores.

Com o embate os requerentes André e Arthur (menores de idade), que estavam no banco traseiro, vieram a sofrer lesões corporais de natureza grave, sendo que Edvaldo ficou impossibilitado para o trabalho por um mês e até hoje sofre com dores no corpo em decorrência do acidente.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

São Paulo

30ª Câmara de Direito Privado

Requereram Débora e Edvaldo, assim, recebimento de indenização por danos morais no importe de R\$ 7.809,00, mais R\$ 3.000,00 aos filhos Arthur e André. Ainda, R\$ 7.809,00 referentes à perda total do veículo VW/Gol, ano 1997, e lucros cessantes de R\$ 2.000,00.

Em contestação o réu admitiu ter agido de forma irresponsável, levado por problemas particulares. Impugnou, no entanto, as indenizações pleiteadas.

Sem necessidade de maiores comentários, o digno Magistrado da causa deu correto solucionamento à lide.

As razões de recurso apresentadas não conseguiram subtrair a solidez dos fundamentos contidos na r. sentença, que enfrentou a todos os argumentos levantados em Juízo e bem decidiu a lide, nos limites em que foi proposta.

Impõe-se, na hipótese, a manutenção do posicionamento adotado:

“(...) Com efeito, o requerido não negou ter colidido com o veículo em que se encontravam os autores, após invadir a faixa de rolamento em sentido contrário.

Tampouco que estava embriagado na ocasião,



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

São Paulo

30ª Câmara de Direito Privado

dando causa, assim, ao acidente. Nem poderia, aliás, dado o teor dos documentos que instruem a inicial, notadamente o relatório de fls. 15/19, elaborado pelo Comando de Policiamento Rodoviário, que corrobora a tese apresentada na inicial.

Inegável, pois, a imprudência do requerido e sua culpa pelo acidente.

Determina o Código de Trânsito Brasileiro, em seu art. 29, I, que “a circulação far-se-á pelo lado direito da via, admitindo-se as exceções devidamente sinalizadas”, isto é, o tráfego pelo lado esquerdo só se justifica em situações excepcionais, como, por exemplo, em caso de ultrapassagem de outro veículo mais lento, mas sempre pelo tempo suficiente e necessário à manobra...

Não se pode olvidar, outrossim, de que transitar pela contramão de direção em vias com duplo sentido de direção configura infração grave, conforme dispõe o art. 186, I, do mesmo diploma.

...

Daí porque restou devidamente caracterizada a imprudência do requerido. Justamente porque invadiu a pista contrária, tal como reconhecido na contestação, inegável sua culpa exclusiva pelo acidente (fls. 46).

Despropositada, evidentemente, a alegação de culpa concorrente, pois não foi a falta utilização de cinto de



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

São Paulo

30ª Câmara de Direito Privado

segurança a causa da colisão e dos danos provocados.

Aplica-se, nos casos de responsabilidade civil, a teoria da causalidade adequada.

Dessa forma, segundo o mesmo autor, e de acordo com a teoria da causalidade adequada, “causa é o antecedente não só necessário mas, também, adequado à produção do resultado. Logo, nem todas as condições serão causa, mas apenas aquela que for a mais apropriada a produzir o evento” (Idem, p. 73).

...

Assim, caracterizada a imprudência do requerido, causa única e exclusiva do acidente, é de rigor reconhecer a sua responsabilidade pelos danos materiais e morais alegados na inicial, bem como a obrigação de indenizá-los, nos termos do art. 927 c.c. art. 186, do Código Civil.

Os danos materiais foram devidamente comprovados (fls. 61/64).

Não pode haver dúvida quanto à perda total do automóvel. Quanto mais diante da comparação dos valores apontados nos orçamentos acostados à inicial - que, vale frisar, não sofreram impugnação específica, amparada em estimativas divergentes - com o preço da Tabela FIPE para veículo semelhante.

Deve, portanto, prevalecer o valor indicado na inicial.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
São Paulo

30ª Câmara de Direito Privado

...

No entanto, não pode ser acolhida a pretensão a indenização por lucros cessantes, à míngua de prova (documental, evidentemente) do período em que o requerente Edvaldo esteve impossibilitado de trabalhar.

...

Quanto ao dano moral, é inafastável a sua ocorrência.

...

No caso dos autos, o dano moral sofrido pelos autores prescinde mesmo de comprovação, pois é evidente consequência da gravidade do evento e das lesões sofridas, sobretudo pelas crianças Arthur e André, que lhes acarretaram a incapacidade temporária, por mais de 30 dias, e risco cirúrgico, conforme exames de corpo de delito feitos por médico legista do Estado (fls. 27/30).

Impossível negar a dor e o sofrimento decorrentes das lesões por eles sofridas, sem se olvidar ainda das dificuldades subsequentes à retomada do andamento normal da vida, com reflexos, inclusive, em relação aos pais...

...

De resto, impõe-se considerar a capacidade econômica de ambas as partes, beneficiárias da assistência judiciária gratuita, o que também desaconselha a definição de valor estratosférico.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

São Paulo

30ª Câmara de Direito Privado

Por tudo isso, considerando-se as peculiaridades do caso concreto, os patamares usualmente estabelecidos por este juízo para os mais variados casos de indenização por dano moral e, sobretudo, a condição econômica das partes, reputo justo e razoável o valor da indenização postulado na inicial, isto é, R\$ 10.809,00.

Considerar-se-á a sentença como o termo inicial para a contagem dos juros moratórios e da atualização monetária, conforme entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, hoje inclusive sumulado quanto à correção (Súmula STJ nº 362):

“O valor certo fixado, na sentença exequenda, quanto ao dano moral, tem seu termo a quo para o cômputo dos consectários (juros e correção monetária), a partir da prolação do título exequendo (sentença) que estabeleceu aquele valor líquido. Precedente do STJ” (STJ 3ª T. Resp. Rel. Waldemar Zweiter j. 18.06.98 RSTJ 112/184).

É que, até o momento da prolação da sentença, não tinha o requerido como saber o quantum da indenização por dano moral, arbitrado pelo julgador, e, assim, não há como reconhecer, antes disso, a mora...”. – (grifos não originais)

Logo, não há como se afastar a responsabilidade do apelante pela reparação dos danos materiais e morais decorrentes do sinistro, que foram fixados de maneira justa e



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
São Paulo

30ª Câmara de Direito Privado

módica.

Ademais, no que concerne aos danos morais, o julgado já previu a incidência de correção monetária a contar do arbitramento, certo que, diante da maior sucumbência, deverá arcar com o pagamento das verbas sucumbenciais.

Por derradeiro, de se ressaltar que o pedido de abatimento da condenação da quantia de R\$ 5.000,00, referente à fiança paga perante a autoridade policial, trata-se de inovação recursal e, portanto, não merece ser acolhido.

Ante o exposto, nego provimento ao recurso.

MARCOS RAMOS

Relator

Assinatura Eletrônica